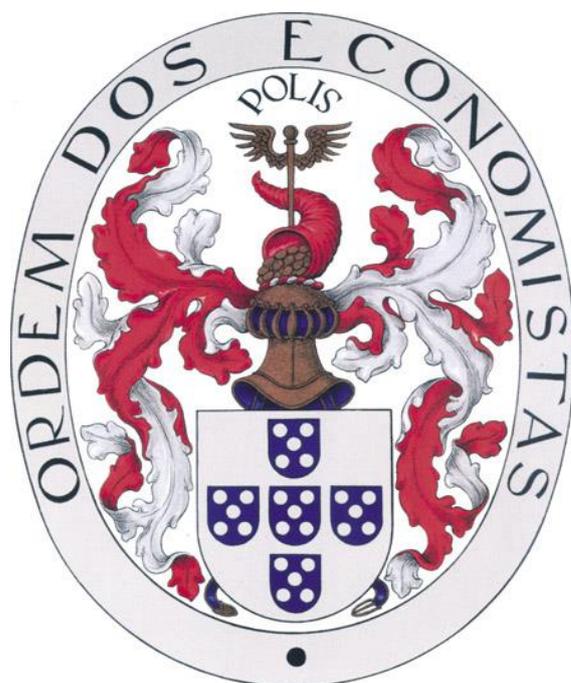


ORDEM DOS ECONOMISTAS



RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2017

LISBOA, 14 DE MARÇO DE 2018

Índice

Mensagem do Bastonário	3
I – Actividades Desenvolvidas	5
II – Caracterização da Ordem.....	10
III – Análise da Situação Económica e Financeira.....	12
IV – Resultado do Exercício.....	14
Demonstrações Financeiras	15
Anexo às Demonstrações Financeiras	19

Mensagem do Bastonário

O ano de 2017 foi o último exercício do mandato que terminou no passado dia 31 de Dezembro. Não foi um período fácil, tendo a Direcção realizado muito trabalho no sentido de deixar em vigor todas as alterações que o novo Estatuto trouxe, quer no que respeita à nova estrutura de órgãos sociais, quer à aprovação dos regulamentos e regimentos de cada um desses órgãos. Porém, chegámos ao fim dessas tarefas e deixamos aos que ficarem com responsabilidades de condução da Ordem no próximo mandato as bases da organização necessária para o desenvolvimento das suas várias atribuições.

No que respeita aos Colégios da Especialidade, ficou instalada a nova especialidade de insolvência e recuperação de empresas.

Também no que se refere ao processo de cobertura do País por delegações regionais, ficou concluída a instalação da nova Delegação do Centro e Alentejo.

A questão das nossas instalações em Lisboa e que funcionam como a Sede da Ordem ficou marcada já em final de Dezembro pela assinatura do contrato de compra e venda das mesmas entre o proprietário (a Coroa Britânica) e a empresa Arquimelo. Todas as démarches que fizemos junto da Câmara Municipal de Lisboa no sentido desta vir a exercer o direito de preferência, comprometendo-se a Ordem a adquirir o edifício onde tem funcionado, bem como o apoio a esta solução por parte da Assembleia Municipal foram inúteis para deter a venda a terceiros, daqui nascendo agora a necessidade de durante 2018 se vir a tomar uma decisão respeitante às futuras instalações.

As actividades desenvolvidas foram, ao longo deste ano, as que estavam previstas no plano anteriormente apresentado e aprovado, sempre em grande número e com uma qualidade muito elevada, quer aos conteúdos, quer aos oradores e moderadores intervenientes.

Realizámos ciclos de palestras como “Fim de Tarde com...”, em que tivemos a colaboração de António Costa e Silva (Partex), Luis Reis (Sonae), Fernando Alexandre, Vera Barros e Jorge Bravo. Tivemos oportunidade, logo em Fevereiro, de apresentar o Economic Survey de Portugal por Álvaro Santos Pereira e Sónia Araújo, da OCDE. Levámos a cabo mais uma edição das “Jornadas de Fiscalidade”, iniciativa em parceria com a PWC, no Porto e em Lisboa. Apresentámos o estudo “A estrutura de financiamento não bancário das empresas europeias” por Lopez Caballos, Miguel Ferreira e José António numa parceria da APAF/EFFAS com a Universidade NovaSBE e o “Impact Hub Lisboa” sobre a sustentabilidade e inovação social nas comunidades de impacto e apresentámos, em Cordoba, a sétima edição do “Seminário Ibérico de Economistas”. Em Outubro, o Congresso Nacional de Economistas teve a sua quinta

edição, com um tema muito actual ”proteccionismo e globalização - a Europa na encruzilhada”. E, durante dois dias, passaram pelo Congresso discussões relevantes sobre o tema, visões diversas, mas fundamentadas de vários oradores, tendo ainda contado com a presença e intervenção do Presidente da República, do Primeiro Ministro e do Ministro da Economia. Finalmente, já em Novembro a 13ª Conferência Anual sobre o O.E./2018 permitiu-nos conhecer melhor aquele documento e centrar as nossas discussões em três sectores relevantes: a segurança social, a saúde e a fiscalidade.

Gostaria de enfatizar que, ao longo deste triénio, a Ordem tem acentuado a importância para os que têm formação na área das ciências económicas de se inscreverem na Ordem e obterem a cédula profissional. Ela atesta em Portugal e em toda a União Europeia que o seu possuidor é economista. De pleno direito. E não somente um licenciado ou graduado da área. E isso faz toda a diferença, nomeadamente para aqueles que trabalham fora de Portugal. Mas, também para os que aqui desenvolvem as suas actividades profissionais. A Ordem tem-se desenvolvido, vai decerto continuar a corresponder aos anseios dos seus membros mas é importante que cada membro seja também um porta-voz da Ordem e convide outros profissionais desta área a tornarem-se membros também e ajudar a fazê-la crescer, dignificando de forma exemplar esta profissão.

Em termos financeiros, as contas do exercício retratam com rigor tudo o que se passou, de forma escrupulosa e transparente, evidenciando como é usual nesta Ordem, desde a sua criação, a forma profissional com que os vários responsáveis sempre encararam o serviço desta associação pública. Os custos são apenas aqueles que se devem ter com as actividades correntes, os proveitos advêm das quotas pagas pelos membros e de alguns apoios destinados a eventos específicos sendo a gestão exigente e atenta.

Agradeço o apoio recebido ao longo deste mandato a todos os Colegas da Direcção e dos restantes órgãos sociais, bem como o trabalho dos colaboradores da Ordem, quer na Sede, quer nas várias delegações regionais.

Agradeço igualmente o apoio e presença nos muitos eventos e iniciativas dos membros da Ordem e conto com a continuação desse apoio no futuro para que seja possível fortalecer e dignificar a Ordem e a profissão de Economista.

Rui Leão Martinho
Bastonário

I – Actividades Desenvolvidas

No âmbito das linhas programáticas da Direcção, assim como do Plano de Actividades para 2017, a Ordem levou a efeito um conjunto de iniciativas e de realizações, das quais destacamos:

1. Reforço da prestação de serviços aos Associados e incremento dos benefícios e parcerias

Procedeu-se à actualização e renegociação do “Guia dos Protocolos”, disponível no portal da Ordem, o qual atingiu os 507 acordos, abrangendo entidades de diversos sectores de actividade.

2. Bolsa de Emprego, Primeiro Emprego e Estágios

Mantiveram-se os acordos com as empresas Hays e Michael Page para a disponibilização, através do portal da Ordem, de anúncios de oferta de emprego.

3. Aprofundamento e cooperação com outras Instituições e Entidades nacionais e internacionais

3.1 A Associação Missão Crescimento, de que são membros fundadores o Fórum de Administradores de Empresas, a Ordem dos Economistas, a Ordem dos Engenheiros e o Projecto Farol, e que tem como objectivo dinamizar o debate e promover iniciativas que visem a identificação de acções e medidas para o crescimento da economia portuguesa, levou a efeito um programa de acção, do qual se salienta a publicação trimestral de um Boletim temático e de uma Newsletter, a realização de workshops em diversas localidades e a divulgação pública das medidas que a Associação considera fundamentais para o incremento do crescimento económico.

3.2 Manteve-se o relacionamento com o Colégio dos Economistas de Espanha, com vista à promoção do debate e realização de iniciativas conjuntas relacionadas com a situação económica e social em Portugal e em Espanha, que culminou com a realização do V Seminário Ibérico de Economistas, que teve lugar em Córdoba, em 29 de Junho.

3.3 A Ordem manteve a participação regular nas reuniões do CNOP – Conselho Nacional das Ordens Profissionais.

4. Acções de formação em e-Learning

Em resultado da parceria da Ordem com a Unyleya, realizaram-se diversas acções de formação em e-Learning, nas quais se registaram 70 inscrições de membros da Ordem.

5. Prémio “António Simões Lopes – Melhor Tese de Doutoramento em Economia e Gestão”

Com o patrocínio da PriceWaterhouseCoopers, a Ordem atribuiu pelo quarto ano consecutivo o “Prémio António Simões Lopes – Melhor Tese de Doutoramento em Economia e Gestão”.

O Júri constituído pelo Bastonário e pelo vogal da Direcção António Mendonça, e ainda por Ana Brochado, do ISCTE, António Cardoso, da Universidade Fernando Pessoa, e José Bernardo e Luís Boquinhas, em representação da PWC, premiou a tese:

“Financial Intermediation in Economies with Investment Complementaries”, de Joana Franco Rocha, em representação da Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

A cerimónia de entrega deste Prémio teve lugar em Outubro, no decurso do 7.º Congresso Nacional dos Economistas.

6. Prossecução do processo de Regionalização da Ordem

Reforçou-se o apoio às iniciativas das Delegações Regionais e da Comissão Instaladora da Delegação Regional do Centro e Alentejo, nomeadamente através da participação do Bastonário em iniciativas locais.

7. Modernização dos Serviços da Ordem

Deu-se continuidade ao trabalho de racionalização e modernização dos Serviços da Ordem, no sentido de se atingir uma maior eficiência dos serviços prestados aos Membros, em paralelo com uma optimização de custos.

8. Publicações

A Ordem publicou trimestralmente a sua Newsletter, que a par da divulgação das respectivas actividades, publicou artigos versando temas da actualidade.

Manteve-se o acordo com a Polimeios, empresa editora das publicações “Cadernos de Economia” e “O Economista-Anuário da Economia Portuguesa”, para a sua disponibilização online, no portal da Ordem, gratuitamente e em exclusivo para os Membros.

9. Eventos

7.º Congresso Nacional dos Economistas

O 7.º Congresso Nacional dos Economistas decorreu na Fundação Calouste Gulbenkian, nos dias 12 e 13 de Outubro, e teve como tema central “Globalização, Protecção e o Futuro da Europa”.

A cerimónia de abertura contou com as intervenções do Ministro da Economia, Manuel Caldeira Cabral, e da Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian, Isabel Mota. O encerramento do primeiro dia do Congresso contou com a intervenção do Primeiro Ministro, António Costa.

O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, participou na cerimónia de entrega dos Prémios Carreira, atribuídos a Miguel Beza, a título póstumo, e a Mário Martins Adegas. Esta cerimónia antecedeu o encerramento do Congresso, que contou igualmente com a intervenção do Presidente da República.

A seguir são mencionados os temas abordados no decurso do Congresso, bem como os respectivos oradores e moderadores:

- **Enquadramento Político e Institucional**, com a participação de Jaime Nogueira Pinto, Paulo Sande e Vital Moreira e de António Costa como moderador;
- **Enquadramento Macro-Económico**, tendo como oradores Álvaro Santos Pereira, Félix Ribeiro e Pedro Braz Teixeira e, como moderador, Paulo Ferreira;
- **A Empresa – Organização, estrutura, pessoas, tecnologia**, com a participação de Jorge Portugal, José António de Barros e Pedro Pires Miranda, como oradores, e de Pedro Carvalho, como moderador;
- **Condições de investimento e a atractividade da economia**, com a intervenção de Javier Veja de Seoane, João Brás e Majdi Hassen e, como moderador, Rui Peres Jorge;
- **O Financiamento da economia, os mercados e as Bolsas**, com a participação dos oradores António Nogueira Leite, João Moreira Rato e Joaquim Luís Gomes e da moderadora Helena Garrido.

13.ª Conferência Anual

Na Fundação Calouste Gulbenkian, no dia 13 de Novembro, decorreu a 13ª Conferência Anual onde se debateu o Orçamento do Estado para 2018, que contou com a participação na cerimónia de abertura, do Ministro das Finanças, Mário Centeno, e da Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian, Isabel Mota.

Dos temas abordados, destacamos:

- **O Orçamento do Estado para 2018**, o qual contou com a intervenção do Secretário de Estado do Orçamento, João Leão, tendo como comentadores Óscar Gaspar e Pedro Fontes Falcão e, como moderador, João Silvestre.

- **Os Impostos e a política Fiscal no Orçamento para 2018**, com a intervenção do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, António Mendes, dos comentadores Luís Belo, Maria Antónia Torres e Joaquim Miranda Sarmento, e com a moderação de Elisabete Miranda.

Conferência Saúde e Segurança Social: Para onde vamos?

Em parceria com a Cidadania Social, e na sequência da Conferência sobre o Orçamento do Estado, realizou-se em 13 de Novembro, também na Fundação Calouste Gulbenkian, a conferência subordinada ao tema acima mencionado, na qual participaram o Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, José António Vieira da Silva, o Secretário de Estado da Saúde, Manuel Delgado, e ainda Miguel Coelho, Sónia Lourenço, Armindo Silva, Luís Filipe Pereira, Vítor Costa, Paulo Duarte e Margarida Correia de Aguiar, para além do Bastonário.

V Seminário Ibérico de Economistas

No V Seminário Ibérico dos Economistas, realizado em Córdoba, foi abordada a relação de Portugal e de Espanha no contexto da União Europeia e a convergência de interesses dos dois países, bem como as questões potenciadoras de uma maior colaboração bilateral.

O V Seminário Ibérico contou com a participação do Bastonário, do vogal da Direcção, António Mendonça, e de Vítor Martins, em representação dos Economistas de Portugal.

Por parte de Espanha, participaram o Presidente do Conselho Geral dos Economistas e outros prestigiados Economistas.

Summit “Missão Crescimento”

No âmbito da Associação Missão Crescimento, referida atrás, foram realizados dois Summit, em Viseu e em Braga.

Fim de Tarde na Ordem

Foram realizados ao longo do ano diversos “Fim de Tarde na Ordem”, nos quais participaram como oradores António Costa e Silva, Luís Reis, Fernando Alexandre, Vera Gouveia Barros e Jorge Bravo.

10. Contactos com outras Instituições

Foram desenvolvidos, ao longo do ano, contactos com diversas instituições e empresas, com o objectivo de realização de actividades conjuntas, das quais realçamos o Banco de Portugal, a Caixa Geral de Depósitos, a PwC, a APAF e a Revista de Economia e Segurança Social.

II – Caracterização da Ordem

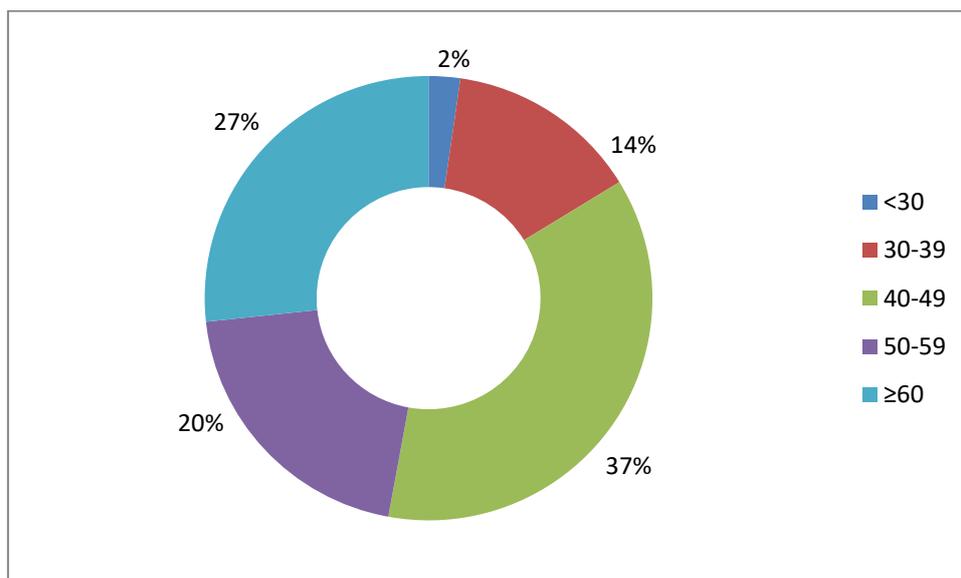
1. Membros

O número de Economistas inscritos na Ordem, em 31 de Dezembro de 2017, era de 10.874, distribuídos pelos seguintes Colégios da Especialidade:

Colégio de Especialidade		Efectivos	Estagiários	Suspensos	Total
Economia Política	Economia Política	3.065	117	28	3.210
	Análise Financeira	16			16
	Auditoria	13			13
	Análise Financeira/Auditoria	2			2
	Gestão de Insolv. e Rec. de Empresas	21			21
Economia e Gestão Empresariais	Economia e Gestão Empresariais	7.093	276	79	7.929
	Análise Financeira	41		2	43
	Auditoria	43			43
	Análise Financeira/Auditoria	9		1	10
	Gestão de Insolv. e Rec. de Empresas	67	1		68
Total		10.370	394	110	10.874

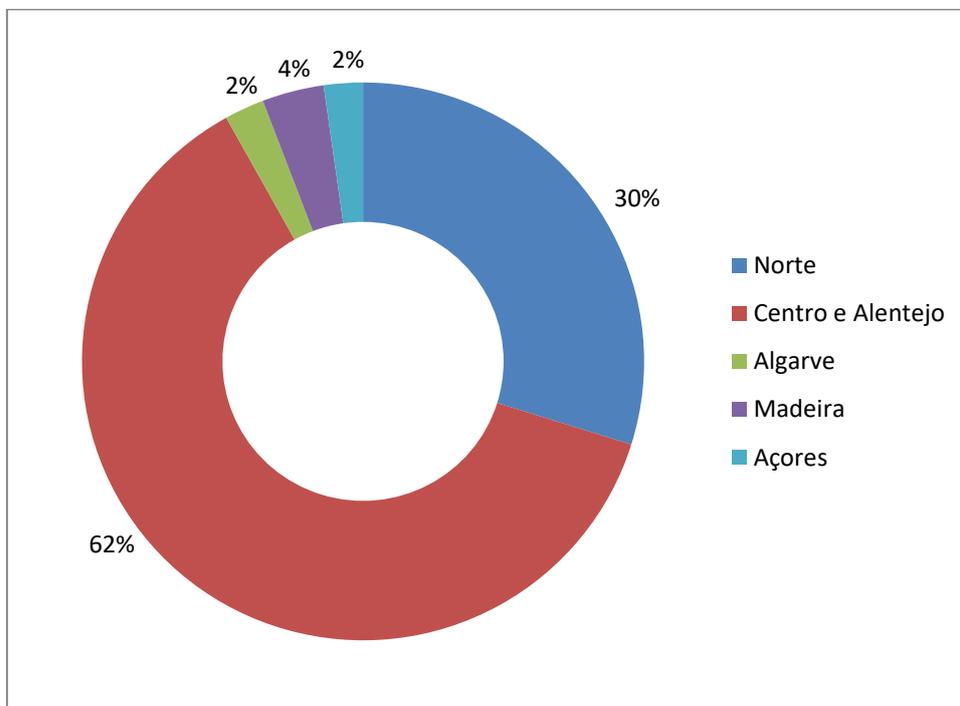
Da análise da distribuição dos Membros, por faixa etária, confirma-se tal como em 2016, que a faixa dos 40 aos 49 anos é a mais representativa (37%).

Distribuição dos Membros por Faixa Etária



No que se refere à distribuição dos Membros por Delegação Regional, salienta-se o peso das Delegações Centro e Alentejo com 62% e da do Norte com 30% do total.

Distribuição dos Membros por Delegação Regional



III – Análise da Situação Económica e Financeira

1. Situação Económica

A evolução da situação económica da Ordem encontra-se reflectida no quadro seguinte:

	(em euros)			
	2017 (a)	2016 (b)	Variação (a)-(b)	Variação %
GASTOS				
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	447.092,34	405.289,85	41.802,49	10
GASTOS COM O PESSOAL	416.874,83	396.071,80	20.803,03	5
GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	15.294,53	24.072,61	-8.778,08	-36
PERDAS POR IMPARIDADE	156.621,67	163.796,20	-7.174,53	-4
OUTROS GASTOS E PERDAS	26.591,45	24.784,92	1.806,53	7
TOTAL DE GASTOS	1.062.474,82	1.014.015,38	48.459,44	5
RENDIMENTOS				
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS				
Quotas	1.038.536,96	877.111,34	161.425,62	18
Jóias	6.117,50	3.325,00	2.792,50	84
Inscrições em Eventos	15.264,00	7.935,78	7.328,22	92
Outros Proveitos	15.347,00	19.699,77	-4.352,77	-22
SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	90.412,98	80.582,28	9.830,70	12
REVERSÕES	71.595,30	53.732,68	17.862,62	33
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	15.218,33	3.601,54	11.616,79	323
JUROS E OUTROS RENDIMENTOS SIMILARES	7.179,42	9.987,85	-2.808,43	-28
TOTAL DE RENDIMENTOS	1.259.671,49	1.055.976,24	203.695,25	19
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	197.196,67	41.960,86	155.235,81	370

2. Execução Orçamental

Na demonstração dos resultados abaixo é apresentada a comparação entre o Orçamento e o Real, em 2017:

(em euros)

	2017		Variação (b)-(a)	Variação %
	Orçamento (a)	Real (b)		
GASTOS				
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	591.820,00	447.092,34	-144.727,66	-24
GASTOS COM O PESSOAL	412.050,00	416.874,83	4.824,83	1
GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	31.100,00	15.294,53	-15.805,47	-51
PERDAS POR IMPARIDADE	180.000,00	156.621,67	-23.378,33	-13
OUTROS GASTOS E PERDAS	27.800,00	26.591,45	-1.208,55	-4
TOTAL DE GASTOS	1.242.770,00	1.062.474,82	-180.295,18	-15
RENDIMENTOS				
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS				
Quotas	1.098.550,00	1.038.536,96	-60.013,04	-5
Jóias	3.100,00	6.117,50	3.017,50	97
Inscrições em Eventos	19.015,00	15.264,00	-3.751,00	-20
Outros Proveitos	17.000,00	15.347,00	-1.653,00	-10
SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	88.650,00	90.412,98	1.762,98	2
REVERSÕES	15.000,00	71.595,30	56.595,30	377
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	2.700,00	15.218,33	12.518,33	464
JUROS E OUTROS RENDIMENTOS SIMILARES		7.179,42	7.179,42	
TOTAL DE RENDIMENTOS	1.244.015,00	1.259.671,49	15.656,49	1
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	1.245,00	197.196,67	195.951,67	15.739

3. Situação Financeira e de Tesouraria

A Ordem continua a apresentar uma boa situação financeira, atingindo o Fundo Patrimonial o montante de 3.188.362,90 euros (três milhões cento e oitenta e oito mil trezentos e sessenta e dois euros e noventa cêntimos), conforme Balanço, em 31 de Dezembro de 2017.

A Tesouraria continuou a registar uma evolução positiva.

4. Investimento

O valor dos investimentos, em 2017, foi de 64.983,51 euros (sessenta e quatro mil novecentos e oitenta e três euros e cinquenta e um cêntimos) referente à aquisição de equipamento básico e de Software.

IV – Resultado do Exercício

Em 2017, foi apurado um resultado positivo de 197.196,67 euros (cento e noventa e sete mil cento e noventa e seis euros e sessenta e sete cêntimos).

Para este resultado contribuiu:

- o aumento dos rendimentos decorrente do aumento das quotizações, em cerca de 18% relativamente ao ano anterior;
- a reversão de imparidades, no montante 71.595,30 euros (setenta e um mil quinhentos e noventa e cinco euros e trinta cêntimos) relativos à cobrança de quotas de anos anteriores.

No que respeita aos gastos, os desvios observados em comparação com o ano de 2016, resultam da despesa com a realização de eleições para os Órgãos Sociais, reflectida em Fornecimentos e Serviços Externos, e da realização do 7.º Congresso Nacional, cujo valor de patrocínios ficou aquém do verificado em anos anteriores.

Tal como em anos anteriores, propõe-se que o resultado do exercício seja transferido para o Fundo Patrimonial.

Lisboa, 14 de Março de 2018

A Direcção

Demonstrações Financeiras

Balanço

(em euros)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2017	31/12/2016
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	114.196,82	81.731,46
Activos intangíveis	6	24.691,81	7.468,19
		138.888,63	89.199,65
Activo corrente			
Estado e outros entes públicos	11	1.711,35	
Associados	7	223.884,73	190.602,02
Outras contas a receber	8	6.998,15	13.394,80
Diferimentos	9	17.986,20	21.412,58
Caixa e depósitos bancários	4	2.944.780,40	2.803.360,32
		3.195.360,83	3.028.769,72
Total do activo		3.334.249,46	3.117.969,37
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	10	2.991.166,23	2.949.205,37
Resultado líquido do período		197.196,67	41.960,86
Total do fundo de capital		3.188.362,90	2.991.166,23
Passivo			
Passivo não corrente		0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	12	46.805,22	30.148,33
Estado e outros entes públicos	11	18.690,29	23.048,13
Diferimentos			
Outras contas a pagar	13	80.391,05	73.606,68
		145.886,56	126.803,14
Total do passivo		145.886,56	126.803,14
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		3.334.249,46	3.117.969,37

Direcção

Contabilista Certificado

Demonstração de Resultados por Natureza

(em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2017	31/12/2016
Vendas e serviços prestados	14	1.075.265,46	908.071,89
Subsídios, doações e legados à exploração	15	90.412,98	80.582,28
Fornecimentos e serviços externos	16	(447.092,34)	(405.289,85)
Gastos com o pessoal	17	(416.874,83)	(396.071,80)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	7; 18	(85.026,37)	(110.063,52)
Outros rendimentos e ganhos	19	22.397,75	13.589,39
Outros gastos e perdas	20	(26.591,45)	(24.784,92)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		212.491,20	66.033,47
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5; 6; 21	(15.294,53)	(24.072,61)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		197.196,67	41.960,86
Resultado antes de impostos		197.196,67	41.960,86
Resultado líquido do período		197.196,67	41.960,86

Direcção

Contabilista Certificado

Demonstração dos Fluxos de Caixa

(em euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		31/12/2017	31/12/2016
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</u>			
Recebimentos de associados		926.600,38	830.972,97
Pagamentos a fornecedores		(442.335,95)	(396.095,59)
Pagamentos ao pessoal		(415.308,86)	(392.899,28)
Caixa gerada pelas operações		68.955,57	41.978,10
Outros recebimentos/pagamentos		108.853,84	38.843,01
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		177.809,41	80.821,11
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	5	(23.506,59)	(524,99)
<i>Ativos intangíveis</i>	6	(20.295,00)	(7.872,00)
Recebimentos provenientes de:			
<i>Juros e rendimentos similares</i>	19.1	7.412,26	9.987,85
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(36.389,33)	1.590,86
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Juros e gastos similares</i>			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		0,00	0,00
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		141.420,08	82.411,97
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	2.803.360,32	2.720.948,35
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	2.944.780,40	2.803.360,32

Direcção

Contabilista Certificado

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais no Período de 2017

(em euros)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos	Resultado Líquido do Período	Total	Total dos Fundos Patrimoniais	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	6	10	2.949.205,37	41.960,86	2.991.166,23	2.991.166,23
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		10		-41.960,86	-41.960,86	-41.960,86
	7		-41.960,86	-41.960,86	-41.960,86	-41.960,86
RESULTA DO LÍQUIDO DO PERÍODO	8	10		197.196,67	197.196,67	197.196,67
RESULTA DO EXTENSIVO	9=7+8			155.235,81	155.235,81	155.235,81
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO						
Outras Operações		10	41.960,86	0,00	41.960,86	41.960,86
	10		41.960,86	0,00	41.960,86	41.960,86
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2017	6+7+8+10	10	2.991.166,23	197.196,67	3.188.362,90	3.188.362,90

(em euros)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos	Resultado Líquido do Período	Total	Total dos Fundos Patrimoniais	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	6	10	2.926.080,22	23.125,15	2.949.205,37	2.949.205,37
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		10		-23.125,15	-23.125,15	-23.125,15
	7		-23.125,15	-23.125,15	-23.125,15	-23.125,15
RESULTA DO LÍQUIDO DO PERÍODO	8	10		41.960,86	41.960,86	41.960,86
RESULTA DO EXTENSIVO	9=7+8			18.835,71	18.835,71	18.835,71
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO						
Outras Operações		10	23.125,15	0,00	23.125,15	23.125,15
	10		23.125,15	0,00	23.125,15	23.125,15
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2016	6+7+8+10	10	2.949.205,37	41.960,86	2.991.166,23	2.991.166,23

Direcção

Contabilista Certificado

Anexo às Demonstrações Financeiras

Notas às Demonstrações Financeiras

1. Identificação da Entidade

A Ordem dos Economistas, sediada na Rua da Estrela, n.º 8, 1200-669 Lisboa, é uma associação profissional de direito público, constituída pelo Decreto-Lei n.º 174/98, de 27 de Junho, visando a valorização profissional dos Economistas, sendo assim a entidade que disciplina, salvaguarda os valores e cria as condições de enquadramento e valorização técnico-profissional destes profissionais.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente, foram utilizadas normas aplicáveis às Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL).

Sempre que o SNC não responda a aspectos particulares de transacções ou situações, são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada: as Normas Internacionais de Contabilidade, adoptadas ao abrigo do Regulamento CE N.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho; e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB e respectivas interpretações SIC-IFRIC.

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em “Devedores por acréscimos de rendimento”; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas em “Credores por acréscimos de gastos”.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as características qualitativas da:

- Comparabilidade:

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados a 31 de Dezembro de 2017 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016.

- Fiabilidade:

A informação encontra-se isenta de erros materiais e de preconceitos, representando fidedignamente o resultado das operações da Entidade.

- Compreensibilidade e Relevância:

As demonstrações financeiras são compreensíveis, encontrando-se incluída toda a informação considerada relevante para a tomada de decisão dos seus utilizadores.

- Compensação:

Os activos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respectivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum activo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Materialidade e agregação:

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

2.2 Disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogados e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras

Não foram derogadas disposições do SNC.

2.3 Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

Os conteúdos das contas do balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis com os do período anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são reflectidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transacções em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transacção para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de “Juros e rendimentos similares obtidos” se favoráveis ou “Juros e gastos similares suportados” se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em “Outros rendimentos e ganhos” se favoráveis e “Outros gastos ou perdas” se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transacções.

- Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de activos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes activos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de activos fixos tangíveis.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do activo, sendo registadas na demonstração dos resultados no itens “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”, consoante se trate de mais ou menos valias, respectivamente.

- Activos intangíveis

À semelhança dos activos fixos tangíveis, os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respectiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As amortizações de activos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha recta em conformidade com o respectivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de activos intangíveis, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objecto de testes de imparidade numa base anual.

- Imposto sobre o rendimento

A Ordem dos Economistas encontra-se isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 10.º do CIRC, de acordo com o despacho do Ministério das Finanças, de 30 de Março de 1990.

- Outros valores a receber

As contas de “Outros valores a receber” estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de “Perdas por

imparidade acumuladas”, por forma a que as mesmas reflectam a sua quantia recuperável.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito proveniente das prestações de serviços (jóias, quotas, inscrições em eventos e outros) apenas é reconhecido quando: i) são emitidas para cobrança (periodicidade anual ou semestral), ii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, iii) seja provável que os benefícios económicos associados com as transacções fluam para a Entidade e (iv) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados.

As prestações de serviços são reconhecidas pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo, pelo que são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de “Diferimentos” ou “Outras contas a pagar ou a receber”.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efectiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica “Outros ganhos e perdas líquidos” quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

- Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a Entidade adoptou certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assumpções efectuadas pela Direcção foram efectuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras incluem: i) vidas úteis dos activos fixos tangíveis e intangíveis; ii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber.

De forma consistente com os exercícios anteriores, o valor das perdas por imparidade nas dívidas dos associados corresponde ao total dessas dívidas até ao final do exercício anterior.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva.

- Activos e passivos contingentes

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afecte benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Entidade, sendo os mesmos objecto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objecto de divulgação.

4. Caixa e depósitos bancários

Desagregação dos valores inscritos e dos movimentos ocorridos na rubrica de caixa e depósitos bancários:

(em euros)

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	470,65	10.168,40	10.057,95	581,10
Depósitos à ordem	235.389,67	6.495.458,98	6.222.649,35	508.199,30
Outros depósitos bancários	2.567.500,00	5.014.500,00	5.146.000,00	2.436.000,00
Total	2.803.360,32	11.520.127,38	11.378.707,30	2.944.780,40

5. Activos fixos tangíveis

a) Os activos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas;

b) As depreciações foram efectuadas pelo método da linha recta, em sistema de duodécimos;

c) Vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afectação do desempenho.

5.1 Divulgações sobre activos fixos tangíveis, conforme quadros seguintes:

Movimentações nos activos fixos

(em euros)

Descrição	Saldo Inicial 01-01-2017	Aumentos	Transferências e abates	Saldo Final 31-12-2017
Terrenos e recursos naturais	10.599,46	0,00	0,00	10.599,46
Edifícios e outras construções	97.377,85	0,00	0,00	97.377,85
Equipamento administrativo	420.293,56	44.688,51	0,00	464.982,07
Outros activos fixos tangíveis	59.904,03	0,00	0,00	59.904,03
Total	588.174,90	44.688,51	0,00	632.863,41

Movimentações nas depreciações

(em euros)

Descrição	Saldo Inicial 01-01-2017	Aumentos	Transferências e abates	Saldo Final 31-12-2017
Edifícios e outras construções	77.991,11	964,54	0,00	78.955,65
Equipamento administrativo	404.458,74	10.311,41	0,00	414.770,15
Outros activos fixos tangíveis	23.993,59	947,20	0,00	24.940,79
Total	506.443,44	12.223,15	0,00	518.666,59

(em euros)

Descrição	Saldo Inicial 01-01-2017	Aumentos	Trf, abates, depreciações	Saldo Final 31-12-2017
Valor líquido dos activos fixos tangíveis	81.731,46	44.688,51	-12.223,15	114.196,82

5.2 Outras divulgações

Descrição	Base Mensuração	Método Depreciação	Vida Útil	Taxa Depreciação
Terrenos e recursos naturais	Custo de aquisição	-	-	-
Edifícios e outras construções	Custo de aquisição	Linha recta	5 a 50 anos	2 a 20 %
Equipamento administrativo	Custo de aquisição	Linha recta	1 a 10 anos	10 a 100 %
Outros activos fixos tangíveis	Custo de aquisição	Linha recta	5 a 8 anos	12,50 a 20 %

6. Activos intangíveis

6.1 Divulgações para cada classe de activos intangíveis, conforme quadros seguintes:

Movimentações nos activos intangíveis

(em euros)

Descrição	Saldo Inicial 01-01-2017	Aumentos	Transferências e abates	Saldo Final 31-12-2017
Programas de computador	266.172,46	20.295,00	0,00	286.467,46
Propriedade industrial	1.444,33	0,00	0,00	1.444,33
Total	267.616,79	20.295,00	0,00	287.911,79

Movimentações nas amortizações

(em euros)

Descrição	Saldo Inicial 01-01-2017	Reforço	Regularizações	Saldo Final 31-12-2017
Programas de computador	260.148,60	3.071,38	0,00	263.219,98
Total	260.148,60	3.071,38	0,00	263.219,98

(em euros)

Descrição	Saldo Inicial 01-01-2017	Saldo Final 31-12-2017
Valor líquido dos activos intangíveis	7.468,19	24.691,81
Total	7.468,19	24.691,81

6.2 Outras divulgações

Descrição	Base mensuração	Método depreciação	Vida útil	Taxa depreciação
Programas de computadores	Custo de aquisição	Linha recta	3 a 6 anos	16,66 – 33,33 %
Propriedade industrial	Custo de aquisição	não definida		0 %

7. Associados

A rubrica Associados apresenta um valor de 223.884,73 euros, conforme quadro seguinte:

(em euros)

Rubrica	31/12/2017	31/12/2016	Varição
Quotas em dívida	1.134.851,21	1.011.966,96	122.884,25
Imparidades	-903.181,46	-814.848,77	-88.332,69
Saldo a Favor dos Associados	-7.785,02	-6.516,17	-1.268,85
Total	223.884,73	190.602,02	33.282,71

7.1 Quotas em dívida

O valor de quotas em dívida ascendia a 1.134.851,21 euros, com a seguinte decomposição anual:

(em euros)

Ano	Quotas em dívida 31-12-2017	Quotas em dívida 31-12-2016	Varição	Quotas com Perdas por imparidade reconhecidas a 31- 12-2017
2017	231.669,75	0,00	231.669,75	0,00
2016	156.621,67	197.118,19	-40.496,52	156.621,67
2015	142.401,61	163.796,20	-21.394,59	142.401,61
2014	123.056,96	137.976,57	-14.919,61	123.056,96
2013	110.377,52	120.983,24	-10.605,72	110.377,52
2012	95.910,78	103.691,70	-7.780,92	95.910,78
2011	74.816,06	79.722,62	-4.906,56	74.816,06
2010	62.072,81	64.933,79	-2.860,98	62.072,81
2009	49.787,44	52.020,60	-2.233,16	49.787,44
2008	37.636,97	39.429,54	-1.792,57	37.636,97
2007	19.952,33	20.778,73	-826,40	19.952,33
2006	13.341,74	13.760,76	-419,02	13.341,74
2005	8.514,89	8.829,39	-314,50	8.514,89
2004	5.390,82	5.565,91	-175,09	5.390,82
2003	2.728,23	2.788,09	-59,86	2.728,23
2002	556,66	556,66	0,00	556,66
2001	14,97	14,97	0,00	14,97
Total	1.134.851,21	1.011.966,96	122.884,25	903.181,46

7.2 Perdas por imparidade acumuladas

As perdas acumuladas atingem o valor de 903.181,46 euros, conforme quadro seguinte:

(em euros)

Perdas por imparidade	Saldo inicial	Reforço	Outras variações	Reversão	Saldo final
31/12/2017	814.848,77	156.621,67	3.306,32	-71.595,30	903.181,46
31/12/2016	684.027,20	163.796,20	20.758,05	-53.732,68	814.848,77
Varição	130.821,57	-7.174,53	-17.451,73	-17.862,62	88.332,69

7.3 Valor a favor dos sócios

Em 31 de Dezembro de 2017, o valor relativo a saldos a favor dos sócios ascendia a 7.785,02 euros.

8. Créditos a receber

Em 31 de Dezembro de 2017, a rubrica “Créditos a receber” apresentava o valor de 6.998,15 euros, relativos a:

Devedores por acréscimo de rendimentos – Juros a receber – 2.358,14 euros, decomposição por entidade bancária (ver nota 19.1)

(em euros)

Devedores por acréscimos rendt ^{os} .	Valor
Juros a receber	2.358,14
Fornecedores	
Condomínio Prédio Sítio Rua Dr. Ricardo Jorge, 55	130,93
Devedores Diversos	
Livraria Bertrand	210,00
Azoris Hotels	1.050,00
NOS Açores	2.360,00
The Royal British Club	889,08
Total	6.998,15

9. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017, o valor de pagamentos antecipados ascendia a 17.986,20 euros, representativo de gastos do ano de 2018 pagos no ano de 2017, com a seguinte decomposição:

(em euros)

Descrição	Valor
Licenças de Software	12.176,81
Rendas	266,21
Seguros	1.504,83
Livros DRM	3.456,81
Outros gastos a reconhecer	581,54
Total	17.986,20

10. Divulgações exigidas por diplomas legais

10.1 Fundo associativo

Em 31 de Dezembro de 2017, a rubrica Fundo associativo apresentava a seguinte decomposição:

(euros)

Fundos patrimoniais	31/12/2017	31/12/2016	Varição
Fundo patrimonial	2.991.166,23	2.949.205,37	41.960,86
Resultado líquido do período	197.196,67	41.960,86	155.235,81
Total	3.188.362,90	2.991.166,23	197.196,67

10.2 Outras divulgações exigidas por diplomas legais

A Ordem apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças e a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.

11. Estado e outros Entes Públicos

Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições:

(em euros)

Descrição	Saldo devedor do período	Saldo credor do período	Saldo devedor período anterior	Saldo credor período anterior
Retenção de impostos sobre rendimentos	0,00	8.999,12	0,00	8.727,94
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	1.711,35	0,00	0,00	5.211,48
Contribuições para a segurança social	0,00	9.691,17	0,00	9.108,71
Total	1.711,35	18.690,29	0,00	23.048,13

12. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2017, a rubrica de Fornecedores apresentava o valor de 46.805,22 euros relativo a dívidas de conta corrente a fornecedores.

13. Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2017, a rubrica “Outras contas a pagar” apresentava o valor de 80.391,05 euros, relativos a:

(em euros)

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Acréscimo de gastos com remunerações a liquidar em 2018	55.306,64	53.191,00
Fornecedores de investimentos - c/c	21.181,92	0,00
Credores diversos	1.558,90	3.007,68
Outros Acréscimos de gastos	1.923,59	1.960,00
Quotas Associação Missão Crescimento	0,00	15.000,00
Consumos a liquidar	420,00	448,00
Total	80.391,05	73.606,68

14. Vendas e serviços prestados

O rédito da categoria Vendas e Serviços Prestados é decomposto por:

(em euros)

Descrição	31/12/2017	31/12/2016	Variação
Quotas	1.038.536,96	877.111,34	161.425,62
Jóias	6.117,50	3.325,00	2.792,50
Inscrições em eventos	15.264,00	7.935,78	7.328,22
Formação e-Learning	12.700,00	14.045,00	-1.345,00
Livros (Madeira)	2.201,88	4.615,57	-2.413,69
Outros	445,12	1.039,20	-594,08
Total	1.075.265,46	908.071,89	167.193,57

15. Subsídios à exploração

O valor registado de 90.412,9 euros relativo a Subsídios à Exploração é decomposto por vários valores, atribuídos por diversas entidades à Ordem dos Economistas no âmbito de patrocínios a eventos e protocolos estabelecidos.

(em euros)

Descrição	31/12/2017	31/12/2016	Variação
Subsídios à exploração	90.412,98	80.582,28	9.830,70
Total	90.412,98	80.582,28	9.830,70

16. Fornecimentos e serviços externos

Discriminação dos Fornecimentos e serviços externos

(em euros)

Descrição	31/12/2017	31/12/2016	Variações
Subcontratos	9.103,70	11.018,72	-1.915,02
e-Learning	9.103,70	11.018,72	-1.915,02
Serviços especializados	198.396,89	182.715,00	15.681,89
Trabalhos especializados	56.054,19	41.044,28	15.009,91
Publicidade e propaganda	266,45	651,50	-385,05
Vigilância e segurança	963,13	712,86	250,27
Honorários	125.289,80	126.699,55	-1.409,75
Conservação e reparação	7.709,71	5.613,75	2.095,96
Outros	8.113,61	7.993,06	120,55
Materiais	37.281,39	47.380,44	-10.099,05
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	926,78	1.085,60	-158,82
Livros e documentação técnica	20.503,59	22.163,00	-1.659,41
Material de escritório	15.485,94	23.442,03	-7.956,09
Artigos para oferta	365,08	689,81	-324,73
Energia e fluidos	13.199,76	12.811,93	387,83
Electricidade	10.868,73	10.612,39	256,34
Água	2.331,03	2.199,54	131,49
Deslocações, estadas e transportes	8.488,68	6.953,23	1.535,45
Deslocações e estadas	8.408,13	6.645,43	1.762,70
Transporte de mercadorias	0,00	270,60	-270,60
Outros	80,55	37,20	43,35
Serviços diversos	180.621,92	144.410,53	36.211,39
Rendas e alugueres	23.439,56	23.536,56	-97,00
Comunicação	41.652,74	43.410,89	-1.758,15
Seguros	2.520,81	2.094,83	425,98
Contencioso e notariado	42,14	47,97	-5,83
Despesas de representação	0,00	269,40	-269,40
Limpeza, higiene e conforto	14.799,01	13.926,63	872,38
Outros serviços (Eventos/Conferências/Congressos/Seminários)	98.167,66	61.124,25	37.043,41
Total	447.092,34	405.289,85	41.802,49

17. Benefícios dos empregados

17.1 Pessoal ao serviço da Ordem

O quadro de pessoal da Ordem, Sede e Delegações Regionais é composto por 16 colaboradores, em que 3 deles trabalham a tempo parcial.

Descrição	Nº Médio de pessoas em 2017	Nº Médio de pessoas em 2016
Pessoas remuneradas	16	16
Pessoas a tempo completo	13	13
Pessoas a tempo parcial	3	3
Pessoas ao serviço por sexo	16	16
Masculino	7	7
Feminino	9	9

17.2 Benefícios dos empregados e encargos da entidade

(em euros)

Descrição	31/12/2017	31/12/2016	Varição
Gastos com o pessoal	416.874,83	396.071,80	20.803,03
Remunerações do pessoal	331.680,59	316.499,09	15.181,50
Encargos sobre remunerações	67.734,13	64.820,91	2.913,22
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	16.145,10	13.511,10	2.634,00
Outros gastos com o pessoal	1.315,01	1.240,70	74,31

18. Imparidades

As perdas por imparidade em dívidas a receber relativas a associados ascenderam no exercício de 2017 a 156.621,67 euros (vide nota 7), uma diminuição de 7.174,53 euros relativamente a 2016.

De forma consistente com os exercícios anteriores, o valor dos ajustamentos de dívida a receber de associados reflecte a totalidade do valor das dívidas de associados até ao final do ano de 2016.

(em euros)

Perdas por imparidades	31/12/2017	31/12/2016	Varição
Outras dívidas a receber	156.621,67	163.796,20	-7.174,53
Reversão	-71.595,30	- 53.732,68	-17.862,62
Total	85.026,37	110.063,52	-25.037,15

19. Outros rendimentos e ganhos

Os Outros rendimentos e ganhos incluem:

(em euros)

Descrição	31/12/2017	31/12/2016	Varição
Rendimentos suplementares sub-locação à C.C. Luso Britânica	2.690,52	2.690,52	0,00
Investimentos não financeiros - sinistros	0,00	909,11	-909,11
Descontos pronto pagamento obtidos	0,50	0,00	0,50
Correcções relativas a períodos anteriores	6.204,61	0,00	6.204,61
Restituição de impostos	35,64	1,91	33,73
Outros não especificados	6.287,06	0,00	6.287,06
Juros obtidos	7.179,42	9.987,85	-2.808,43
Total	22.397,75	13.589,39	8.808,36

19.1 Juros obtidos

Valor dos juros referentes ao período, com a seguinte decomposição por banco:

(em euros)

Bancos	Juros de 2016 recebidos em 2017	Juros Recebidos	Juros de 2017 a receber em 2018	Total
Montepio Geral	0,00	6,91	0,00	6,91
SantanderTotta	-34,16	187,89	5,67	159,40
Millennium BCP	-308,90	1.018,89	264,12	974,11
CGD	-368,79	560,58	637,09	828,88
Novo Banco	-1.879,13	5.637,99	1.451,26	5.210,12
Total	-2.590,98	7.412,26	2.358,14	7.179,42

20. Outros gastos e perdas

Os valores registados em “Outros gastos e perdas”, correspondem a:

(em euros)

Descrição	31/12/2017	31/12/2016	Varição
Impostos	609,83	448,00	161,83
Taxas	433,76	461,00	-27,24
Dívidas incobráveis	3.456,25	720,00	2.736,25
Donativos	250,00	250,00	0,00
Quotizações	8.139,27	15.405,92	-7.266,65
Correcções relativas a períodos anteriores	5.682,02	0,00	5.682,02
Outros gastos e perdas - Prémios (Teses)	8.000,00	7.500,00	500,00
Outros gastos e perdas não especificados	20,32	0,00	20,32
Total	26.591,45	24.784,92	1.806,53

21. Gastos de depreciação e amortização

No ano 2017 foram reconhecidos 12.223,15 euros de depreciações e 3.071,38 euros relativos a amortizações, totalizando 15.294,53 euros, de acordo com os quadros seguintes:

(em euros)

Depreciações activos fixos tangíveis	Edifícios e outras construções	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros	Total
Depreciações acumuladas iniciais	77.991,11	317,43	404.458,74	23.676,16	506.443,44
Depreciações do exercício	964,54	117,98	10.311,41	829,22	12.223,15
Depreciações acumuladas finais	78.955,65	435,41	414.770,15	24.505,38	518.666,59

(em euros)

Amortizações activos intangíveis	Programas de computador	Total
Amortizações acumuladas iniciais	260.148,60	260.148,60
Amortizações do exercício	3.071,38	3.071,38
Amortizações acumuladas finais	263.219,98	263.219,98

22. Data de autorização para emissão

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, foram autorizadas para emissão, pela Direcção, em 14 de Março de 2018.

Direcção

Contabilista Certificado